

AGRONEGÓCIO, FUNDO PÚBLICO E DEPENDÊNCIA: A EXPRESSÃO TERRITORIAL DO MODELO AGROEXPORTADOR NO CERRADO BRASILEIRO

Agribusiness, public funds and dependency: the territorial expression of the agro-export model in the Brazilian Cerrado

Bruno Bitencourt Jose Ferreira

Mestrando em Geografia – Universidade Federal de Goiás – Instituto de Estudos Socioambientais

Orcid: <https://orcid.org/0009-0000-9629-9796>

brunobitencourt@discente.ufg.br

Mariana Arantes Mesquita dos Santos

Mestra em Geografia – Universidade Federal de Goiás – Instituto de Estudos Socioambientais

Orcid: <https://orcid.org/0009-0007-0450-3130>

mariana.arantes@egresso.ufg.br

Artigo recebido em outubro/2025 e aceito em fevereiro/2026

RESUMO

O artigo analisa a relação entre a centralidade do agronegócio na economia brasileira e o direcionamento do fundo público, bem como suas implicações territoriais no Cerrado. A pesquisa fundamenta-se no materialismo histórico-dialético e em revisão bibliográfica de obras clássicas e contemporâneas sobre questão agrária, dependência e financeirização do campo, além de dados de instituições oficiais. Argumenta-se que a hegemonia do agronegócio está vinculada a mecanismos estatais de crédito rural, desoneração fiscal e financiamento da produção, que reforçam o padrão agroexportador e a reprimarização econômica. Esse processo se expressa territorialmente na expansão da fronteira agrícola sobre o Cerrado, intensificando a degradação ambiental, a perda de biodiversidade e a concentração fundiária. Conclui-se que a compreensão da dinâmica agrária brasileira exige a análise articulada entre Estado, fundo público e dependência, evidenciando os limites estruturais do modelo agroexportador para a soberania alimentar e a sustentabilidade socioambiental.

Palavras-chave: agronegócio; fundo público; dependência; Cerrado; questão agrária.

ABSTRACT

This article analyzes the relationship between the centrality of agribusiness in the Brazilian economy and the allocation of public funds, as well as its territorial implications in the Cerrado biome. The study is based on historical-dialectical materialism and a bibliographic review of classical and contemporary literature on the agrarian question, dependency and the financialization of agriculture, in addition to data from official institutions. It argues that the hegemony of agribusiness is linked to state mechanisms of rural credit, tax exemptions and production financing that reinforce the agro-export pattern and economic reprimarization. This process is territorially expressed through the expansion of the agricultural frontier over the Cerrado, intensifying environmental degradation, biodiversity loss and land concentration. The article concludes that understanding the Brazilian agrarian dynamics requires an articulated analysis of the State, public funds and dependency,

highlighting the structural limits of the agro-export model for food sovereignty and socio-environmental sustainability.

Keywords: agribusiness; public funds; dependency; Cerrado; agrarian question.

1. INTRODUÇÃO

A dinâmica agrária brasileira é marcada por permanências estruturais que remontam ao período colonial e que se atualizam sob novas formas no contexto da mundialização do capital, tendo na concentração fundiária um de seus elementos constitutivos (Oliveira, 2007). A centralidade assumida pelo agronegócio nas últimas décadas tem sido frequentemente associada à sua capacidade produtiva e ao desempenho nas exportações, consolidando-o como um dos principais vetores de geração de divisas para a economia nacional e como núcleo dinâmico do padrão recente de acumulação (Delgado, 2012). No entanto, a compreensão desse protagonismo exige uma análise que ultrapasse os indicadores de produção e produtividade, incorporando o papel do Estado, o direcionamento do fundo público e as formas de inserção dependente do país na divisão internacional do trabalho.

Nesse sentido, este artigo parte do seguinte problema de pesquisa: em que medida a centralidade do agronegócio na economia brasileira está relacionada ao direcionamento do fundo público e como esse processo se expressa territorialmente por meio da expansão da fronteira agrícola e dos impactos socioambientais no Cerrado? Como hipótese, sustenta-se que a hegemonia do agronegócio não decorre exclusivamente de sua eficiência técnica ou de sua competitividade no mercado internacional, mas está vinculada a mecanismos institucionais de financiamento, desoneração fiscal e crédito rural que reforçam o padrão agroexportador e a reprimarização econômica, produzindo reconfigurações territoriais e intensificando processos de degradação ambiental e concentração fundiária.

A análise fundamenta-se no referencial do materialismo histórico-dialético, compreendido como abordagem capaz de apreender a realidade social em sua totalidade e em suas determinações históricas. A partir desse método, busca-se articular as dimensões econômica, política e territorial da questão agrária, considerando o agronegócio como expressão de um determinado padrão de acumulação. Do ponto de vista dos procedimentos metodológicos, o trabalho caracteriza-se como pesquisa bibliográfica, baseada na análise de obras clássicas e contemporâneas sobre questão agrária, dependência, fundo público, financeirização do campo e expansão da fronteira agrícola no Cerrado. Foram priorizadas produções acadêmicas indexadas, dados de instituições oficiais, como: IBGE, INPE e CEPEA, e estudos empíricos sobre os impactos socioambientais da agricultura de larga escala nesse bioma.

A relevância da discussão reside no fato de que o Cerrado se constitui, nas últimas décadas, como o principal espaço de expansão do agronegócio brasileiro, concentrando investimentos em

infraestrutura, crédito rural e inovação tecnológica. Esse processo tem implicado profundas transformações territoriais, expressas na substituição de formas tradicionais de uso da terra por sistemas produtivos voltados à exportação de commodities, na intensificação do uso de insumos químicos, na ampliação do desmatamento e na reconfiguração das relações de trabalho e de propriedade.

Ao articular o debate sobre fundo público, dependência e território, o artigo busca contribuir para a compreensão da questão agrária brasileira em sua dimensão contemporânea, evidenciando os limites estruturais do modelo agroexportador para a soberania alimentar e para a sustentabilidade socioambiental. Para tanto, o texto está organizado em quatro seções, além desta introdução. Na primeira, discute-se a formação do padrão agroexportador e a persistência da concentração fundiária como elemento estruturante da questão agrária. Na segunda, analisa-se o papel do fundo público na consolidação da centralidade do agronegócio na economia brasileira. Na terceira, examinam-se as implicações territoriais desse processo no Cerrado, com ênfase na expansão da fronteira agrícola e nos impactos socioambientais. Por fim, são apresentadas as considerações finais, nas quais se retomam os principais argumentos e se apontam os limites estruturais do modelo analisado.

2. A FORMAÇÃO DO PADRÃO AGROEXPORTADOR E A QUESTÃO AGRÁRIA BRASILEIRA

A compreensão da centralidade contemporânea do agronegócio na economia brasileira exige situá-la no interior de um processo histórico mais amplo, marcado pela constituição de um padrão agrário orientado para o exterior e pela persistência da concentração fundiária. Desde o período colonial, a organização da produção agrícola esteve vinculada à lógica de exportação de gêneros primários, estruturando uma economia voltada para o atendimento das demandas do mercado internacional.

Prado Júnior (2000, p. 31) sintetiza esse processo ao afirmar:

Se vamos à essência da nossa formação, veremos que na realidade nos constituímos para fornecer açúcar, tabaco, alguns outros gêneros; mais tarde ouro e diamantes; depois algodão, e em seguida café, para o comércio europeu. Nada mais que isso.

Esse traço constitutivo não apenas condicionou a forma de inserção do país na divisão internacional do trabalho, como também definiu os fundamentos da questão agrária brasileira.

A institucionalização da propriedade privada da terra por meio da Lei de Terras de 1850 consolidou um padrão de acesso excludente e reforçou a formação de grandes propriedades. A permanência dessa estrutura fundiária concentrada constitui elemento estruturante da questão agrária brasileira, expressando a forma histórica de desenvolvimento do capitalismo no campo, no qual a

terra se mantém como fundamento da reprodução das relações sociais de produção e da desigualdade social no meio rural (Oliveira, 2007).

Dados do Censo Agropecuário de 2017 evidenciam a permanência dessa estrutura concentrada. Os estabelecimentos com mais de 1.000 hectares correspondem a uma parcela reduzida do total de imóveis rurais, mas controlam a maior parte da área agrícola do país, enquanto os estabelecimentos com menos de 100 hectares concentram a maioria das unidades produtivas e ocupam uma fração significativamente menor da área total (IBGE, 2019). Esses dados demonstram que a modernização da agricultura ocorreu sem alterar a base fundiária, reafirmando o caráter estrutural da questão agrária brasileira.

Ao longo do século XX, a modernização da agricultura não alterou o padrão agrário historicamente constituído, mas o atualizou sob novas bases técnicas e institucionais. Esse processo, intensificado a partir da década de 1960, foi caracterizado como uma modernização conservadora. Conforme destaca Graziano da Silva (1981, p. 43):

A chamada modernização da agricultura brasileira não alterou a estrutura fundiária concentrada, limitando-se a introduzir inovações técnicas que beneficiaram principalmente os grandes proprietários e as empresas capitalistas, aprofundando a diferenciação social no campo.

Ao favorecer os segmentos já capitalizados e integrados aos circuitos de financiamento e comercialização, esse movimento aprofundou a concentração da propriedade, ampliou a diferenciação social no campo e consolidou um modelo de desenvolvimento agrícola funcional ao padrão de acumulação capitalista, no qual a elevação da produtividade se articulou à reprodução ampliada do capital sem alterar as bases estruturais da questão agrária.

A criação de instituições voltadas à pesquisa agropecuária e à difusão tecnológica, bem como a constituição de sistemas de crédito rural subsidiado, foram elementos centrais para a conformação desse novo momento da agricultura brasileira. Esse conjunto de políticas públicas possibilitou a expansão da produção em larga escala e a consolidação de complexos agroindustriais articulados ao sistema financeiro e ao mercado internacional de commodities. Dessa forma, a agricultura passou a desempenhar um papel estratégico no padrão de acumulação, mantendo, contudo, sua orientação externa e sua base fundiária concentrada.

A permanência desses elementos permite compreender a atual hegemonia do agronegócio não como uma ruptura em relação ao passado, mas como a atualização de um padrão histórico de desenvolvimento marcado pela dependência e pela especialização produtiva em bens primários. Conforme assinala Caio Prado Júnior, a economia brasileira constituiu-se a partir de um “sentido da colonização” orientado para fora, no qual a produção se organiza prioritariamente em função das

demandas externas. Na contemporaneidade, esse movimento se expressa na reprimarização da pauta exportadora e na centralidade das commodities agrícolas na geração de divisas.

Essa dinâmica evidencia que a questão agrária brasileira não pode ser reduzida ao problema da produção de alimentos ou da eficiência técnica dos sistemas produtivos, mas deve ser compreendida como expressão de relações sociais historicamente constituídas, nas quais a terra, o trabalho e o território assumem papel central. A expansão recente do agronegócio sobre novas áreas, particularmente no Cerrado, insere-se nesse processo de reconfiguração espacial do padrão agroexportador, articulando concentração fundiária, incorporação de novas fronteiras agrícolas e intensificação do uso de capital e tecnologia.

Desse modo, a análise da formação do padrão agroexportador e da persistência da concentração da terra permite estabelecer a mediação necessária entre a constituição histórica da questão agrária e sua configuração atual. É a partir dessa base que se torna possível compreender o papel do fundo público na consolidação do agronegócio como eixo do padrão de acumulação no campo brasileiro, tema que será desenvolvido na seção seguinte.

3. O FUNDO PÚBLICO E A CENTRALIDADE DO AGRONEGÓCIO NA ECONOMIA BRASILEIRA

A consolidação do agronegócio como eixo dinâmico da economia brasileira nas últimas décadas não pode ser compreendida apenas a partir da expansão da produtividade agrícola ou do aumento das exportações, devendo ser analisada no interior das transformações do padrão de acumulação do capital no campo. Nessa perspectiva, Delgado (2012, p. 109) afirma:

A economia do agronegócio constitui uma associação do grande capital agroindustrial com a grande propriedade fundiária e com o Estado, sob a mediação do capital financeiro, orientada para a produção de commodities e para o mercado externo.

Tal centralidade está diretamente relacionada ao papel do fundo público na criação das condições gerais de produção, por meio do crédito rural, das desonerações fiscais, dos investimentos em infraestrutura e do financiamento da pesquisa agropecuária, que garantem a reprodução ampliada desse setor.

Nessa dinâmica, o fundo público assume papel central na sustentação do padrão de acumulação, ao viabilizar as condições gerais de produção necessárias à reprodução ampliada do capital no campo. Conforme destaca Delgado, “o Estado participa diretamente da criação das condições gerais de produção e valorização” (Delgado, 2012, p. 78), atuando por meio de políticas de crédito rural, desonerações fiscais, investimentos em infraestrutura e financiamento da pesquisa agropecuária. Desse modo, a expansão do agronegócio não pode ser compreendida como resultado exclusivo da

eficiência produtiva, mas como expressão de um arranjo institucional que mobiliza recursos públicos para garantir sua competitividade e inserção no mercado mundial.

De acordo com o Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (CEPEA), o agronegócio respondeu por aproximadamente 24% do Produto Interno Bruto brasileiro em 2020, mantendo participação superior a um quinto da economia nacional ao longo dos anos recentes. No setor externo, dados do Ministério da Agricultura indicam que os produtos do agronegócio representaram cerca de 48% do total das exportações brasileiras em 2023, evidenciando sua centralidade na geração de superávits comerciais.

A literatura que analisa a relação entre Estado e padrão de acumulação no capitalismo dependente destaca que a atuação estatal não se restringe à regulação das relações econômicas, mas participa ativamente da produção das condições de valorização do capital. No caso brasileiro, esse processo se expressa na constituição de um arcabouço institucional que favorece a expansão do agronegócio e sua inserção competitiva no mercado internacional. O crédito rural subsidiado, os programas de financiamento à comercialização e os investimentos em pesquisa agropecuária configuram-se como instrumentos fundamentais para a modernização técnica do setor e para a ampliação de sua capacidade produtiva.

Entre esses mecanismos, o Plano Safra ocupa posição central ao direcionar volumes expressivos de recursos públicos para o financiamento da produção agropecuária. O Plano Safra 2023/2024, por exemplo, disponibilizou aproximadamente R\$ 364 bilhões para o setor, constituindo-se como o maior volume de crédito da série histórica (MAPA, 2023). Embora formalmente voltado para diferentes segmentos da agricultura, observa-se que a maior parte dos recursos é apropriada pelos médios e grandes produtores, especialmente aqueles integrados às cadeias produtivas voltadas à exportação. Esse movimento contribui para aprofundar as desigualdades internas ao campo, reforçar a concentração de capital e subordinar a produção agrícola às dinâmicas do mercado internacional.

Outro elemento relevante refere-se ao regime tributário que incide sobre a produção e a exportação de produtos primários. A desoneração das exportações agrícolas, institucionalizada pela Lei Kandir na década de 1990, reduziu significativamente a capacidade de arrecadação dos estados brasileiros. Estimativas do Conselho Nacional de Política Fazendária indicam que as perdas acumuladas ultrapassam centenas de bilhões de reais desde sua implementação, evidenciando o caráter estrutural da transferência indireta de recursos públicos para os setores exportadores e a consolidação de um padrão de especialização produtiva baseado em commodities de baixo valor agregado. A baixa participação do Imposto Territorial Rural na estrutura tributária nacional, cuja arrecadação foi inferior a R\$ 3 bilhões em 2022, demonstra os limites da tributação sobre a grande propriedade e reforça a histórica concentração fundiária. Nesse contexto, a terra, além de meio de

produção, assume a função de reserva de valor e ativo patrimonial no capitalismo contemporâneo, inserindo-se nas estratégias de valorização do capital e de reprodução das desigualdades no campo (Oliveira, 2007).

Esse conjunto de mecanismos indica que a expansão do agronegócio está associada a um processo de socialização dos custos e privatização dos ganhos, na medida em que recursos públicos são mobilizados para garantir a competitividade do setor, enquanto os benefícios econômicos permanecem concentrados em segmentos específicos. Tal dinâmica está articulada ao padrão de inserção dependente da economia brasileira, marcado pela reprimarização da pauta exportadora e pela crescente participação dos produtos agropecuários na geração de superávits comerciais.

A relação entre fundo público e agronegócio também pode ser observada na articulação entre o setor produtivo e o sistema financeiro. A relação entre fundo público e agronegócio também pode ser observada na articulação entre o setor produtivo e o sistema financeiro. Esse processo articula-se, nas últimas décadas, à crescente financeirização da agricultura, expressa na expansão de instrumentos como os Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRA), que conectam a renda da terra e a produção agrícola ao mercado de capitais. Esses mecanismos ampliam a participação de agentes financeiros na dinâmica agrária e reforçam a terra como ativo patrimonial, subordinando a produção às exigências de valorização financeira e aprofundando a dependência do setor em relação ao fundo público e às políticas estatais de crédito.

Nesse contexto, a ampliação das linhas de crédito, a securitização de dívidas rurais e a criação de novos instrumentos financeiros vinculados à produção agrícola evidenciam a crescente integração entre agricultura e capital financeiro. Nesse contexto, a terra passa a desempenhar não apenas a função de meio de produção, mas também de ativo financeiro, integrando-se às estratégias de valorização do capital e reforçando a concentração patrimonial.

Essa dinâmica contribui para atualizar, sob novas bases, o padrão histórico identificado por Caio Prado Júnior, no qual a produção econômica se organiza prioritariamente em função das demandas externas. A centralidade das commodities agrícolas na economia brasileira contemporânea revela a permanência desse movimento, agora mediado por complexas relações entre Estado, capital financeiro e grandes grupos agroindustriais.

A expansão desse modelo tem implicações diretas na organização do território, uma vez que a necessidade de ampliação da escala produtiva e de incorporação de novas áreas conduz ao avanço da fronteira agrícola sobre regiões anteriormente ocupadas por diferentes formas de uso da terra. O Cerrado, nesse contexto, assume papel estratégico como principal espaço de territorialização do agronegócio, concentrando investimentos em infraestrutura, logística e tecnologia, ao mesmo tempo

em que se intensificam os processos de degradação ambiental e de reconfiguração das relações sociais no campo.

Dessa forma, a análise do fundo público como elemento constitutivo da centralidade do agronegócio permite compreender que sua hegemonia não resulta de um processo espontâneo de modernização agrícola, mas de uma construção histórica e institucional que articula Estado, dependência e território. É essa articulação que será examinada, na seção seguinte, a partir da análise da expansão da fronteira agrícola e de seus impactos socioambientais no Cerrado.

4. A EXPRESSÃO TERRITORIAL DO MODELO AGROEXPORTADOR NO CERRADO

O Cerrado concentra a principal expansão recente da produção de commodities agrícolas no país. Dados do MapBiomas indicam que mais de 50% da área original do bioma já foi convertida para usos antrópicos, principalmente para a produção de soja e para a formação de pastagens. Esse processo intensificou-se a partir da década de 2000, acompanhando a ampliação da demanda internacional por grãos.

A expansão recente do agronegócio no Brasil tem no Cerrado seu principal espaço de territorialização. A incorporação desse bioma à lógica produtiva das commodities agrícolas está diretamente relacionada às transformações técnicas e institucionais que possibilitaram a produção em larga escala em áreas anteriormente consideradas inadequadas à agricultura intensiva. A correção química dos solos, o desenvolvimento de cultivares adaptadas às condições edafoclimáticas e os investimentos em infraestrutura logística e crédito rural constituíram os fundamentos materiais dessa expansão.

Esse processo não representa apenas uma mudança na paisagem agrária, mas uma profunda reconfiguração territorial, marcada pela substituição de formas tradicionais de uso da terra por sistemas produtivos altamente capitalizados e voltados ao mercado externo. A expansão da fronteira agrícola no Cerrado articula-se, portanto, ao padrão de acumulação analisado na seção anterior, no qual a mobilização do fundo público e a inserção dependente na economia mundial condicionam a organização do espaço agrário.

4.1. Expansão da fronteira agrícola e reconfiguração territorial

A incorporação do Cerrado à dinâmica produtiva do agronegócio ocorre por meio da expansão da fronteira agrícola, associada à ampliação das áreas destinadas à produção de commodities e à valorização fundiária. Esse movimento deve ser compreendido como um processo de territorialização do capital, no qual o espaço agrário é produzido e reorganizado de acordo com as necessidades da

acumulação (Oliveira, 2007). A ocupação dessas áreas ocorre de forma seletiva, concentrando investimentos em infraestrutura, tecnologia e crédito rural, ao mesmo tempo em que promove a substituição de formas tradicionais de uso da terra por sistemas produtivos altamente capitalizados e integrados ao mercado internacional.

A incorporação de extensas áreas ao circuito produtivo das commodities implica a homogeneização da paisagem e a redução da diversidade de sistemas agrícolas. A substituição de formas de produção diversificadas por monoculturas mecanizadas altera as relações de trabalho, reduz a demanda por mão de obra permanente e amplia a dependência de insumos industriais e financeiros. Desse modo, a expansão da fronteira agrícola não pode ser compreendida apenas como aumento da área cultivada, mas como expressão espacial de um modelo de desenvolvimento agrário específico.

A expansão das áreas destinadas à produção agropecuária no Cerrado nas últimas décadas pode ser observada nas Figuras 1 e 2, evidenciando a conversão de extensas áreas de vegetação nativa em áreas de uso produtivo e a incorporação de novos territórios ao circuito do agronegócio.



Figura 1 – Dinâmica da agropecuária no Cerrado (1985–2023).
Fonte: Projeto MapBiomias – Coleção 9 (2024).

Observa-se que esse processo ocorre de forma espacialmente seletiva, com forte concentração nas áreas de expansão da fronteira agrícola, especialmente na região do MATOPIBA, onde a conversão da vegetação nativa em áreas agrícolas se intensificou nas últimas décadas. Essa transformação territorial está diretamente relacionada à incorporação de novas áreas ao circuito produtivo do agronegócio, impulsionada por investimentos em infraestrutura, crédito rural e inovação tecnológica.

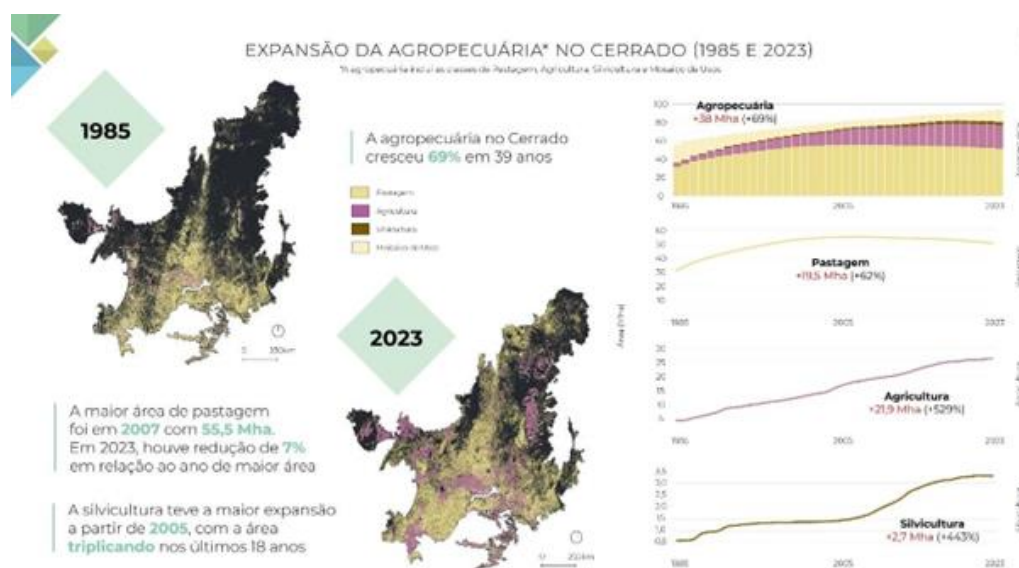


Figura 2 – Expansão da agropecuária no Cerrado entre 1985 e 2023.
Fonte: Projeto MapBiomass – Coleção 9 (2024).

Em termos quantitativos, verifica-se a ampliação expressiva das áreas destinadas à agropecuária, com crescimento significativo da agricultura em larga escala e da área total ocupada por atividades produtivas no bioma. Esse movimento evidencia que a expansão do agronegócio no Cerrado não se limita à intensificação do uso da terra, mas envolve a incorporação contínua de novas áreas, redefinindo as formas de uso do território e aprofundando a especialização produtiva em commodities agrícolas.

4.2. Uso de insumos químicos e degradação Ambiental

O modelo produtivo baseado em monoculturas intensivas está associado ao uso crescente de insumos químicos. O Brasil figura entre os maiores consumidores de agrotóxicos do mundo, com aplicação anual que ultrapassa 600 mil toneladas de produtos comerciais, sendo o Cerrado uma das regiões de maior consumo em virtude da concentração da produção de grãos. A distribuição regional do consumo de agrotóxicos no Brasil evidencia a forte concentração nas áreas de expansão do agronegócio, com destaque para o Centro-Oeste, onde se localiza grande parte desse bioma (Figura 3).

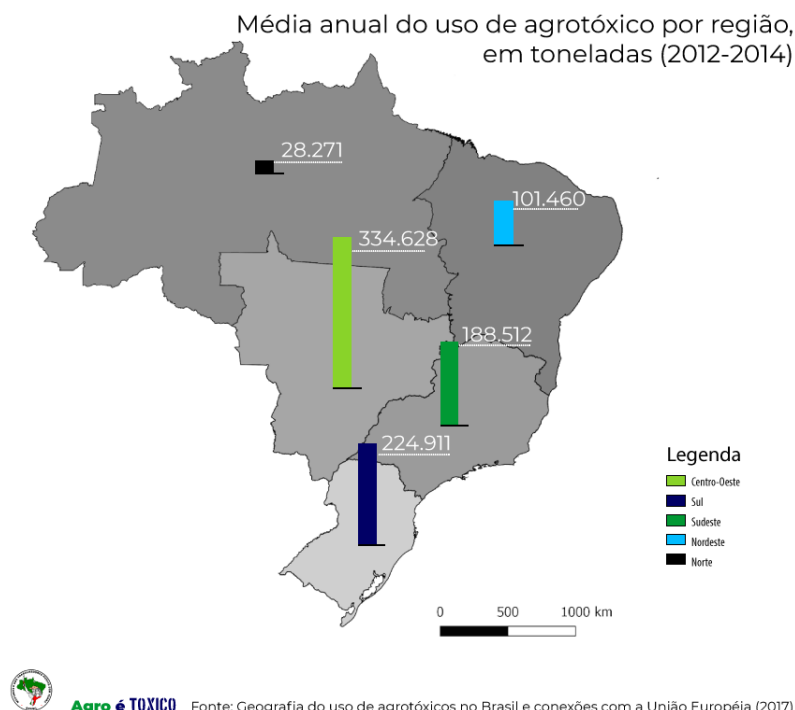


Figura 3 – Média anual do uso de agrotóxicos por região do Brasil (2012–2014).

Fonte: Geografia do uso de agrotóxicos no Brasil e conexões com a União Europeia (2017).

A literatura científica tem demonstrado que a utilização contínua desses insumos provoca alterações significativas nas propriedades físicas, químicas e biológicas do solo, além de contaminar recursos hídricos superficiais e subterrâneos.

Nesse contexto, a expansão da agropecuária no Cerrado ocorre por meio do uso intensivo de agrotóxicos, fertilizantes e corretivos químicos, associado à produção em larga escala, à irrigação sem controle e ao pisoteio excessivo de animais, configurando um padrão produtivo que provoca profundas alterações nas características naturais do bioma (Cunha, 2005; Cunha *et al.*, 2008). Esse processo resulta em desmatamento, compactação do solo, erosão, assoreamento de cursos d'água, contaminação de aquíferos e perda de biodiversidade, com impactos sobre todo o sistema ecológico.

A simplificação dos ecossistemas decorrente da homogeneização das paisagens agrícolas compromete a biodiversidade e afeta as interações ecológicas responsáveis pela manutenção do equilíbrio ambiental. A supressão da vegetação nativa, associada à fragmentação dos habitats, reduz a capacidade de regeneração natural. Segundo o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), o Cerrado apresentou, em 2023, uma área desmatada superior a 11 mil km², mantendo-se como o bioma com as maiores taxas absolutas de supressão da vegetação nativa no país. Esses impactos extrapolam os limites das áreas diretamente cultivadas, atingindo unidades de conservação e territórios de uso tradicional.

Além disso, estudos recentes têm indicado a presença de resíduos de agrotóxicos em diferentes compartimentos ambientais, evidenciando a ampla dispersão dessas substâncias e seus efeitos sobre organismos bioindicadores. Tais processos revelam que a expansão do agronegócio no Cerrado está associada a um padrão de uso intensivo dos recursos naturais que compromete a resiliência ecológica do bioma. Nesse sentido, a degradação ambiental não se configura como efeito colateral, mas como dimensão constitutiva do padrão agroexportador contemporâneo.

4.3. Fogo, conflitos e expropriação territorial

O avanço da fronteira agrícola está também relacionado ao aumento dos focos de queimadas, utilizados como mecanismo de conversão de áreas de vegetação nativa em terras agriculturáveis e de formação de pastagens. Dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) indicam que o Cerrado registrou, em 2024, mais de 12 mil focos de incêndio, configurando um dos maiores índices desde o início da série histórica em 1998. Embora o fogo seja um elemento natural em determinadas dinâmicas ecológicas do bioma, sua utilização em larga escala e de forma recorrente altera os ciclos biogeoquímicos, intensifica a emissão de gases de efeito estufa e compromete a capacidade de regeneração dos ecossistemas.

Esse processo está frequentemente associado a conflitos territoriais, na medida em que a expansão das áreas destinadas à produção de commodities incide sobre territórios tradicionalmente ocupados por comunidades camponesas, indígenas e quilombolas. A pressão pela incorporação dessas áreas ao circuito produtivo hegemônico produz deslocamentos forçados, fragmentação territorial e redefinição das formas de uso da terra, evidenciando o caráter socialmente desigual da expansão do agronegócio.

A análise desses elementos permite compreender que os impactos ambientais e os conflitos no Cerrado não constituem efeitos colaterais isolados, mas dimensões constitutivas do modelo agroexportador. A reconfiguração territorial do bioma expressa, em escala regional, a articulação entre fundo público, concentração fundiária e padrão de acumulação, evidenciando os limites socioambientais da atual dinâmica agrária brasileira. Esse movimento atualiza, sob novas bases técnicas e financeiras, a inserção dependente da economia brasileira na divisão internacional do trabalho, na qual a especialização na produção de commodities reafirma a subordinação estrutural do país às exigências do mercado mundial (Marini, 2005).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise desenvolvida ao longo do artigo buscou demonstrar que a centralidade do agronegócio na economia brasileira não pode ser explicada exclusivamente por sua capacidade produtiva ou por sua competitividade no mercado internacional. Ao contrário, trata-se de um processo historicamente constituído, no qual o Estado desempenha papel decisivo por meio do direcionamento do fundo público, da oferta de crédito subsidiado, das desonerações fiscais e da criação de condições institucionais que viabilizam a reprodução ampliada desse setor. Esses mecanismos reforçam o padrão agroexportador e atualizam, sob novas bases, a inserção dependente da economia brasileira na divisão internacional do trabalho.

A partir dessa perspectiva, evidenciou-se que a hegemonia do agronegócio está associada a um processo de socialização dos custos e privatização dos ganhos, no qual recursos públicos são mobilizados para garantir a competitividade de cadeias produtivas voltadas à exportação de commodities, enquanto os benefícios econômicos permanecem concentrados em segmentos específicos. Tal dinâmica contribui para a reprimarização da pauta exportadora e para a manutenção da concentração fundiária como elemento estruturante da questão agrária brasileira.

No plano territorial, o Cerrado configura-se como a principal expressão espacial desse modelo. A expansão da fronteira agrícola sobre o bioma não representa apenas a ampliação da área cultivada, mas a incorporação de novos territórios à lógica de valorização do capital, promovendo a homogeneização da paisagem, a substituição de sistemas produtivos diversificados por monoculturas mecanizadas e a intensificação do uso de insumos químicos. Esse processo implica a degradação de ecossistemas, a perda de biodiversidade e a contaminação de recursos hídricos, além de estar associado ao aumento dos conflitos territoriais e à expropriação de populações tradicionais.

Desse modo, a articulação entre fundo público, dependência econômica e reconfiguração territorial permite compreender que os impactos socioambientais observados no Cerrado não constituem efeitos colaterais do desenvolvimento agrícola, mas dimensões constitutivas do atual padrão de acumulação no campo brasileiro. A permanência de um modelo orientado prioritariamente para o atendimento das demandas externas coloca limites estruturais à construção da soberania alimentar e à promoção de formas socialmente mais equitativas e ambientalmente sustentáveis de uso da terra.

Do ponto de vista analítico, o trabalho contribui para o debate sobre a questão agrária ao evidenciar a necessidade de compreender o agronegócio para além de sua dimensão produtiva, incorporando o papel do Estado e do fundo público na conformação das dinâmicas territoriais. Ao mesmo tempo, indica a importância de aprofundar investigações empíricas que articulem dados sobre

financiamento público, estrutura fundiária, uso da terra e indicadores socioambientais, de modo a qualificar o entendimento sobre as múltiplas escalas em que se reproduz o modelo agroexportador.

Por fim, destaca-se que a análise aqui apresentada não esgota a complexidade do tema, mas aponta para a necessidade de novas agendas de pesquisa que examinem, entre outros aspectos, as formas contemporâneas de financeirização do campo, as disputas territoriais em áreas de expansão da fronteira agrícola e as alternativas de produção baseadas na diversificação agrícola e na sustentabilidade socioambiental.

REFERÊNCIAS

ALVES, F. D. Da diversidade agrícola à commoditização do território: os efeitos do agronegócio na Região Imediata de Alfenas – Minas Gerais. **Boletim Alfenense de Geografia**, Alfenas, v. 1, n. 2, p. 129-150, 2021.

CARVALHO, J. T.; OLIVEIRA, A. U. O agronegócio no Brasil: o discurso da fração de classe reinante. **Revista NERA**, Presidente Prudente, n. 58, p. 28-55, 2021.

CEPEA – CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS EM ECONOMIA APLICADA. **PIB do agronegócio brasileiro**. Piracicaba: ESALQ/USP, 2021. Disponível em: <https://cepea.esalq.usp.br>. Acesso em: 5 jul. 2024.

CONFAZ – CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA FAZENDÁRIA. **Impactos da Lei Kandir nas finanças estaduais**. Brasília, 2023. Disponível em: <https://www.confaz.fazenda.gov.br>. Acesso em: 5 jul. 2024.

CUNHA, N. R. S.; LIMA, J. E.; GOMES, M. F. M.; BRAGA, M. J. A intensidade da exploração agropecuária como indicador da degradação ambiental na região dos Cerrados, Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v. 46, n. 2, p. 291–323, 2008.

CUNHA, N. R. S. **A intensidade da exploração agropecuária na região dos Cerrados e o potencial de degradação ambiental**. 2005. 181 f. Tese (Doutorado em Economia Rural) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2005.

DELGADO, G. C. **Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012)**. Porto Alegre: UFRGS, 2012. 146p.

FATORELLI, M. L. **O agronegócio e a dívida pública**. Brasília: Auditoria Cidadã da Dívida, 2021. Disponível em: <https://auditoriacidada.org.br>. Acesso em: 19 fev. 2026.

FERREIRA, D. A. O; FERNANDES, S. A formação conceitual do campesinato e da produção familiar no Brasil. In: MARAFON, G. J.; CHELOTTI, M. C.; PESSÔA, Vera L. S. (org.). **Temas em Geografia Rural**. 2. ed. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2020. p. 241-268.

GRAZIANO DA SILVA, J. **A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981. 192p.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário 2017: resultados definitivos**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: <https://censoagro2017.ibge.gov.br>. Acesso em: 19 fev. 2026.

INPE – INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS. **Monitoramento do desmatamento nos biomas brasileiros por satélite**. São José dos Campos, 2024. Disponível em: <http://terrabrasilis.dpi.inpe.br>. Acesso em: 19 fev. 2026.

LUKÁCS, G. **Para uma ontologia do ser social**. São Paulo: Boitempo, 2013. 792p.

MAPA – MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA. **Plano Safra 2023/2024**. Brasília: MAPA, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura>. Acesso em: 5 jul. 2024.

MAPBIOMAS. **Coleção de mapas de cobertura e uso da terra do Brasil**. São Paulo, 2023. Disponível em: <https://mapbiomas.org>. Acesso em: 5 jul. 2024.

MAPBIOMAS. **Projeto MapBiomas – Coleção 9 da Série Anual de Mapas de Cobertura e Uso da Terra do Brasil**. Disponível em: <https://mapbiomas.org>. Acesso em: 19 fev. 2026.

PAULILO, M. I. S. Trabalho familiar: uma categoria esquecida de análise. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 229-252, 2004.

PRADO JÚNIOR, C. **Formação do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense, 1942. 206p.

SANTOS, A. M.; BESSA, L. A.; AUGUSTO, D. S. S.; VASCONCELOS FILHO, S. V.; BATISTA, P. F.; VITORINO, L. C. Biomarkers of pollution by glyphosate in lichens *Parmotrema tinctorium* and *Usnea barbata*. **Brazilian Journal of Biology**, São Carlos, v. 83, P. e273069, 2023.